

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VEDAÇÕES PARA CREDENCIAMENTO

Eu, **(NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA ENTIDADE)**, portador da carteira de identidade N°. **000000000**, expedida pelo **ORGÃO/UF**, inscrito no CPF: **000000000-00**, na condição de representante legal da empresa júnior **(NOME E QUALIFICAÇÃO DA PJ)**, inscrito no CNPJ N°. **0000000000**, DECLARO estar ciente e de pleno acordo com as disposições e obrigações contidas no Edital de Credenciamento N°. 02/2022 - SEBRAE/AL, independente de transcrição e, ainda, para todos os fins de direito, que não possuo as vedações previstas no referido edital, conforme expresso no item 3.2:

- a) empresas juniores que tenham em seus quadros societários ou sejam constituídas por funcionário, dirigente ou membro dos Conselhos Deliberativos e Fiscais do Sebrae/AL;
- b) empresas juniores que tenham assento nos Conselhos Deliberativos e Fiscais do Sebrae/AL;
b.1) as vedações previstas na letra “c” não se aplicam ao Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e aos Serviços Sociais Autônomos, nem às pessoas jurídicas integrantes da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.
- c) empresas juniores que tenha como membros e/ou associados, ex-funcionário do Sebrae/AL, antes do decurso do prazo de 18 (dezoito) meses, contados a partir da respectiva demissão ou desligamento, exceto se os referidos membros e/ou associados forem aposentados;
- d) empresas juniores que tenha como membros e/ou associados ex-dirigente ou ex-membro dos Conselhos Deliberativos e Fiscais, antes do decurso do prazo mínimo de quarentena de 60 (sessenta) dias, contados a partir do respectivo desligamento;
- e) que tenha sido suspensa de licitar ou contratar perante o Sistema SEBRAE;
- f) pessoas jurídicas que estiverem sob decretação de falência ou dissolução;
- g) que se apresentar sob a forma de consórcios, quer sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja a sua forma de constituição; e
- h) empresas não sediadas no estado de Alagoas.

Tenho ciência da minha responsabilidade em informar qualquer alteração que ocorra na composição da pessoa jurídica, sob pena de descredenciamento.

Declaro, ainda, a veracidade das informações acima prestadas, podendo vir a responder às medidas cabíveis em direito.

Cidade, xx, de xxxxxxx, de 2022.

Pessoa Jurídica